REQUERIMENTO Nº 66/2022

ALLAN JOSÉ QUINTÃO, vereador com assento nesta Egrégia Casa Legislativa, dentro do que prevê Regimento Interno do Poder Legislativo e Lei Orgânica Municipal, requer à Secretária Municipal de Saúde informações sobre a as medidas e ações para aumentar a cobertura vacinal em nosso município.

JUSTIFICATIVA

O Brasil se tornou uma referência mundial por disponibilizar 18 imunizantes a crianças, adolescentes e idosos, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, a meta de imunização nacional está abaixo de 70% em quase todos os índices.

Segundo estudo da Confederação Nacional de Municípios, nenhuma imunização do calendário nacional atingiu cobertura de 80%. O Norte e o Nordeste apresentam os menores índices de pessoas imunizadas. A vacina de Influenza/gripe foi a única que esteve acima dos 70% de cobertura em todas as regiões, mas a meta é de 90%. Outro exemplo apresentado pelo estudo da CNM é o da imunização contra tuberculose - vacina BCG - que o patamar deveria ser de 95% e está em torno de 64%.

As crianças de até quatro anos devem ser imunizadas contra Poliomielite. A meta de 95% está abaixo de 50%. Dos casos alarmantes, a aplicação da primeira dose da Tríplice Viral, que deveria estar no patamar de 95%, está em 55,13%. Quando se trata da segundo dose, o ideal de 95% não chega a 48%. Recomendada para crianças de até 30 dias, a meta de aplicação da vacina contra Hepatite B é de 95%, mas está em torno de 58%.

Após aumento da cobertura, de 2017 para 2018, a procura pelas vacinas obrigatórias entrou em declínio em todas as regiões, e registrou os menores valores da década, deixando o país suscetível a doenças já erradicadas e novos surtos de febre amarela, poliomielite, sarampo, caxumba e até rubéola. Isso representa um retrocesso na política sanitária nacional, ao colocar o Brasil em um cenário similar ao da década de 1980, e indica, ainda, que a pandemia de Covid-19 distanciou a população dos postos de saúde.

As vacinas devem ser disponibilizadas nas unidades de atenção básica e nos serviços de sala de vacina organizados, com pessoal capacitado para reconhecer os insumos, aplicar corretamente e registrar em sistemas próprios para notificação ao Ministério da Saúde.

Também podem ser impulsionadas por campanhas, bloqueios, mutirões, trabalhos extramuros, ações de educação em saúde.

Segundo o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, esse problema já era visto antes mesmo da pandemia, mas o calendário nacional também foi afetado pelo coronavírus. "Sabemos que entre 1990 e 2015, o patamar de imunização variou entre 90% e 95%. O Brasil até recebeu a certificação de país livre da circulação do sarampo em 2016. Infelizmente, esse título pode ser perdido a qualquer momento, por conta da baixa cobertura ao longo dos dois últimos anos. Isso é um grave problema para nosso país", alerta.

A pesquisa, promovida entre 31 de janeiro e 10 de março, menciona dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em que 23 milhões de crianças perderam as vacinas básicas de rotina, em 2020, o que representa 3,7 milhões a mais do que em 2019.

Em razão do exposto, fazem-se necessárias as informações ora solicitadas.

Plenário, 23 de junho de 2022.

ALLAN JOSÉ QUINTÃO
Vereador